



Exame de Direito Romano – Turmas A e C

17 de Janeiro de 2020

Desenvolva quatro (4) dos seguintes temas:

1. A constituição política da República de Roma assentou no equilíbrio de três forças articuladas de modo bastante flexível, mas incapaz de fazer face às sucessivas crises.

Tópicos de correção: O início da República e as medidas anti-monárquicas; o surgimento das magistraturas e as suas funções; as assembleias populares e o poder legislativo; o Senado e o seu poder mediador no equilíbrio republicano; a falência das instituições republicanas e a passagem para o Principado.

2. As diferentes formas de exercício do poder político em Roma corresponderam também a diferentes formas de encarar o poder legislativo.

Tópicos de correção: Conceito de *lex*; evolução da *lex* como fonte do Direito Romano; o poder legislativo nas várias épocas políticas – os órgãos político-legislativos; a *lex Publilia Philonis*; os poderes legislativos do *princeps* – evolução e justificação jurídico-política; a *lex curiata de imperium* no Principado e a investidura divina do imperador no Dominado; constituições imperiais; *ius vetum* e *ius novum*.

3. Com a *Lex aebutia de formulis* o édito do pretor tornou-se um ponto central da experiência jurídica romana

Tópicos de correção: Caracterização da resolução de litígios no período republicano: exercício da *iurisdictio* pelo pretor, organização do processo em duas fases, participação do *iudex*; contexto, data e relevância da *Lex Aebutia de formulis*: do processo de ações das leis para o processo formulário; conceito de fórmula e tipos de ações; conceito e modalidades de *edictum*; a *iurisprudentia*

e o senado na elaboração do *edictum*: relevância do *edictum* do pretor no contexto das fontes de Direito Romano; *ius civile* e *ius praetorium*.

4. A intervenção do *princeps* alterou significativamente a atividade jurisprudencial e o papel da *iurisprudencia* enquanto fonte do direito romano?

Tópicos de correção: Conceitos de *imperium* e de *auctoritas*; o *imperium* como atribuição do poder político – evolução do conceito no quadro das formas de organização política de Roma; caracterização da *auctoritas* prudencial – o saber socialmente reconhecido, a independência do jurisprudente; a *iurisprudencia* como *ars boni et aequi* e como *iusti atque iniusti scientia*; os *tria praecepta iuris*; a relevância dos conceitos em questão para a criação do *ius*; o *ius* como criação jurisprudencial e a limitação do *imperium*; evolução jurídico-política e a subordinação progressiva da *auctoritas* prudencial ao *imperium* – a burocratização da *iurisprudencia*; o principado como afirmação do poder sobre o saber através do controlo de mecanismos de contrapoder pelo titular do poder; a apropriação do *ius* pelo *imperium* e a limitação da *iurisprudencia* como fonte do Direito Romano – definição e efeitos da instituição do *ius publice respondendi*, em especial a definição do *rescriptum* de Adriano; *consilium principis* e a funcionalização burocrática do prudente; Lei das Citações; a dicotomia *ius novum* / *ius vetum*.

5. Situe no seu contexto histórico o *Corpus Iuris Civilis* e caracterize o respetivo processo de elaboração.

Tópicos de correção: Contexto histórico e processo de elaboração da compilação justinianeia; a importância das escolas; identificação das obras, datação, finalidade e conteúdo das compilações; as compilações de *leges* e as compilações de *iura*; anteriores compilações de legislação imperial; aplicação da compilação justinianeia no ocidente; utilização da compilação justinianeia como fonte de direito

6. *Iustitia* e *Aequitas* são conceitos fundamentais do Direito Romano.

Tópicos de correção: Os conceitos de *iustitia* e *aequitas*; evolução ao longo da experiência jurídica romana; relação da *iustitia* com a *iurisprudencia*; relação entre *iustitia* e a solução jurídica do caso; relação entre *iustitia* e *ius*; a relevância da *iurisprudencia* na densificação e concretização da *iustitia*; a importância da actividade do pretor na definição da solução justa como concretização da *aequitas*.

Duração: 90 minutos

Cotações:5 valores cada questão